



CORACINI, Maria José R. F. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade – línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução*. Campinas: Mercado de Letras, 2007. 247 p.

Alessandra Manoel **PORTO** *

Maria José Coracini é professora titular na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com relevante experiência em Linguística Aplicada, atuando principalmente nos seguintes tópicos: ensino-aprendizagem (LM e LE), discurso de/sobre novas tecnologias, discurso científico, discurso pedagógico, tradução, identidade, leitura, escrita, subjetividade, na tentativa de compreender sempre mais as subjetividades em travessia: entre línguas-culturas, entre si e o outro – o outro de si.

O livro “*A celebração do outro*” está dividido em quatro capítulos, organizados tematicamente em: (1): *Da (Dis)Tensão teórica*: questões teóricas (paralelos e divergências na AD); (2): *Da (im)possível identidade do povo brasileiro*, por meio de discussões acerca da identidade pátria; (3): *Ser/ estar entre-línguas-culturas*: questões envolvendo língua materna e língua estrangeira; (4): *Da identidade do tradutor e do professor de língua*: construções identitárias do tradutor e do professor de línguas na era pós-moderna. Nestes capítulos, a autora aborda problematizações sobre a questão da identidade linguística de um indivíduo a partir de sua relação com o outro (língua materna, língua estrangeira, sexo oposto, aluno), à luz de teóricos da Análise do Discurso de linha francesa: Pêcheux, Foucault e Derrida.

* Mestranda em Linguística (Análise do Discurso), pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Três Lagoas. Contato: alemporto@yahoo.com.br

No primeiro capítulo – *Da (Dis)Tensão Teórica* –, a autora discute os conceitos de sujeito, identidade e arquivo na perspectiva foucaultiana. Ao definir a identidade do sujeito, a autora recorre às definições de arquivo propostas por Foucault, e só então afirma que a identidade está intrinsecamente ligada à memória (tradições, saberes, que se transformam), só é lembrado o que tiver sido esquecido (p. 16). Nesse aspecto, a identidade do sujeito é constituída pelo imaginário social: “ilusão de inteireza, de totalidade, de coerência...” (p. 17), pelo imaginário construído na relação com o outro “... como ele se vê e acredita ser visto” (p. 23), e ao construir suas verdades conservadoras e disseminadas pela sociedade por meio dos discursos, o sujeito firma-se na ilusão de que as palavras são unicamente suas, mas, na verdade, “são suas e do outro” (p. 24).

A autora, em prosseguimento, traz à baila a teoria de Pêcheux, reconhecido fundador da Análise do Discurso de linha francesa, e, por meio de paralelos e divergências entre suas teorias com as de Foucault, discute alguns conceitos pecheutianos que se mantêm vivos até hoje: que as formações discursivas se constituem no interior das classes sociais (p. 31) e que a teoria estava arraigada na posição tomada pelo sujeito numa luta classes (p. 30), nos esquecimentos nº 1 e nº 2, em que respectivamente o sujeito acredita ser a origem do discurso e que ele está no controle de tudo o que diz (p. 33-41), que o discurso é um acontecimento imbricado pela memória discursiva constitutiva (condições de produção) com base numa estrutura e numa interpretação (p. 38-39). Ressalta (p. 42), ainda, que os objetivos propostos por Pêcheux com AAD são substituídos pela AD, haja vista que o discurso é o lugar do equívoco, da falta, da incompletude.

Em continuidade ao “passeio teórico”, traz Derrida para discutir a “indecibilidade que impede a delimitação das línguas” (p. 46). A língua é sempre do outro: é materna, se nos identificamos com ela, é estrangeira se causa estranhamento “somos exilados em nossa própria morada” (p. 48), razões que levam o sujeito a pensar a identidade como ilusão (é uma interpretação pessoal, uma ficção) (p. 50-51). Ainda, a compreensão da teoria de Derrida, corrobora o conhecer da língua não como propriedade, mas como elemento transformador, e de transformação (“confusão”) – (p. 50), ela é a diferença do objeto de desconstrução – garantia das diferenças (p. 52-54).

O segundo capítulo – *Da (im)possível identidade do povo brasileiro* – é iniciado pela autora com reflexões acerca das representações estrangeiras e nacionais, que segundo ela, “atravessam de modo constitutivo, o sentimento de identidade subjetiva, social e nacional” (p. 59) e concedem-nos a ilusão de que a identidade nacional nos torna uma unidade (p. 60) e, desse “parâmetro”, o sujeito é constituído pelo imaginário, ora de falante nativo ora de estrangeiro, e tece “valores de verdade” medidos sobre a identidade e por generalizações disseminadas, em grande parte, pela mídia (p. 71-75). Assim, em meio a essa valorização e desvalorização do outro (por ambas as partes: nativo e estrangeiro) é “que se configuram a subjetividade e a identidade do sujeito e da nação...” (p. 75), embora o brasileiro seja objeto de estereótipos pelo estrangeiro e o estrangeiro considerado superior, tanto por ele próprio como para o brasileiro!

Ainda discutindo a questão dos estereótipos, a autora traz à tona os discursos sobre a submissão feminina, que são sempre marcados por um discurso sexista e sua função varia de acordo com as conveniências do momento histórico – a mulher “internaliza” essas conveniências, mesmo que ultrapassadas, como constituintes de seu imaginário. Embora, ao final do século XX, tenha havido grande mudança nesse cenário, segundo a analista, há ainda que se “construir um mundo em que a diferença seja respeitada, não apenas entre os sexos, mas também entre as raças, as culturas, os grupos sociais, os indivíduos...” (p. 95), provocada pelas inúmeras vozes que os constituem.

Coracini, falando ainda sobre diferenças, traz a questão da *inclusão* como direito à cidadania, cidadania esta sempre “concedida” por alguém que tem o poder de domínio sobre o “inferior” (p. 100-104). Para que um indivíduo seja considerado “cidadão” pela sociedade, ele “precisa entrar nas regras do hegemônico” (p. 106), desse modo, ao mesmo tempo em que urge a inclusão, inserção social para aqueles indivíduos menos favorecidos, há um reforço das diferenças (p. 107-108), “o diferente parece ser sinônimo da inferioridade, de incompetência, de desigualdade” (p. 109). Para a autora, a cidadania deveria ser sinônimo de hospitalidade, de cada um se expressar na sua singularidade, inscrições possíveis de se constituírem numa “rede de identificações subjetivas”, num “movimento heterogêneo”, evidenciando a identidade como “híbrida, constituída pelo outro...” (p. 112).

No terceiro capítulo – *Ser/estar entre-línguas-culturas* –, ao estudar o funcionamento da linguagem na constituição da subjetividade (elemento constitutivo da identidade), a autora afirma com propriedade que esses sujeitos têm a “ilusão da possibilidade de neutralidade de uma língua e que esta possa desempenhar papéis comunicativos sem trazer mudanças subjetivas ou sem se misturar às outras...” (p. 124-125). Vale lembrar que, em algumas situações, a segunda língua vem preencher uma lacuna cavada pela língua materna, recalcada no inconsciente, possibilitando identificações ou até mesmo extravasões “proibidas” na língua primeira (p. 127). Para a analista, essa contradição é parte constitutiva da subjetividade (identidade incoerente e contraditória), do idêntico e do diferente (p. 128-129). Desse modo, tanto a LM como a LE pode ser “ao mesmo tempo, o lugar do repouso e o lugar do estranhamento” (p. 131) e graças a essa “porosidade da língua” que faz com que os sujeitos se sintam unos, mesmo sendo híbridos, todos entre línguas (p. 132). No entanto, há situações em que a LM passa a ser apenas a língua do estranhamento causado com a chegada das séries intermediárias na escola – sujeito aluno/escola “o ensino da ‘norma culta’ levou a um distanciamento, escavando um fosso entre o sujeito e a língua, que se vêem, assim, isolados um do outro” (p. 140). Coracini afirma acontecer na escola um ensino “mecânico”, que provoca susto no sujeito aluno, legitimando o silêncio e a anulação, um “estranhamento familiar”, um sujeito “em constante mutação” (p. 146-147). A autora traz novamente à baila a dicotomia já cristalizada entre a LM e a LE, que respectivamente correspondem à língua adquirida e à língua aprendida; no entanto, nenhuma língua é pura, há algo do outro em si (p. 150). Uma LE tem função formadora; mesmo que utilizada com fins capitalistas, ela faz parte da constituição do sujeito, operando no inconsciente, outras vozes, culturas, arranjos subjetivos (p. 152). E, nesse grupo, há sujeitos que se identificam – pelo desejo da completude com o outro – e os que não se identificam – por medo de perder a identidade (p. 153) –, o que evidencia as marcas da subjetividade no sujeito, de modo conflituoso com a mistura das línguas, mas sujeito inconsciente, que necessita do outro (Outro) (p. 159-160).

No quarto capítulo – *Da identidade do tradutor e do professor de língua* – a autora discute as representações do tradutor, que são constituídas a partir das autorrepresentações. A saber, o tradutor é aquele que entra em contato com a “identidade individual social e nacional” do outro (p. 166), assim, é constituído pelo desejo de ser autor também, de completar-se (p. 169), sem, contudo, construir “estereótipos generalizantes”, “dizer na sua cultura a cultura do outro” (p. 172), mas também um sujeito com identidade passageira e em transformação (p. 172), haja vista que o tradutor é constituído por um desejo “de pagamento de dívida”, ao privilegiar a cultura e a língua do outro ao mesmo tempo em que traz o outro pela língua materna do tradutor (p. 179-180). Há, na verdade, um paradoxo: desejo de fidelidade da consciência (total) da impossibilidade (p. 185), mas se vê deparado com a falta na língua que interprete o sentido da outra, na ilusão de a outra ser completa, daí a tradução (no sentido positivo) (p. 193) – “identidade híbrida do tradutor” (p. 194). O tradutor, como afirma a autora, vive numa imensa dúvida e dívida em relação ao que o autor quis dizer (p. 200-202) e, nessa arena não só linguística, tem-se a “ilusão de fronteiras que assegura outra ilusão – a pureza de cada língua tomada isoladamente” (p. 206).

A autora discute, ainda, a identidade do professor, permeado pelas novas tecnologias (progresso científico) do século XXI, entremeado por outros interdiscursos que habitam a memória discursiva desse profissional que, no momento, vive uma situação de conflito: angústia por não dominar as novas tecnologias, mas desejo de ter o poder sobre elas, concebidas como mitificação – ilusão de completude (p. 209-212). O medo do novo causa desconforto: está nas mãos do professor, tanto a ilusão do saber como o de poder e ambos podem lhe ser tirado (p. 221). Embora com discursos que tentem mostrar neutralidade, o professor anseia por mudanças que garantam sua valorização, e estas vozes que clamam vêm carregadas de subjetividades que temem a não garantia do poder-saber docente. Envolvendo ainda os sujeitos professor/aluno, surgem nesse contexto as escolas de línguas que, como impulso da publicidade, “trabalham” sobre o imaginário social dos sujeitos envolvidos por meio da naturalização de verdades (p. 229), transformando a aprendizagem de uma LE em necessidades legítimas (p. 230). Vale lembrar, também, que, nessa situação, a língua

passa a ser objeto de consumo (mercadoria) e por meio dela “vendem-se” sonhos e ilusões ao cliente-aluno (p. 245-246), porque há todo um trabalho de “sedução” sobre o imaginário social desse sujeito – “ilusão de unidade, de completude do sujeito” (p. 225).

Desse modo, as discussões propostas ao longo da obra de Coracini nos instigam a refletir (como pesquisadores) sobre a nossa identidade, como elemento constituído pelo outro, ilusão passageira, mas que, vivendo num cenário de incertezas do século XXI, das incompletudes, urge a necessidade de não mais “perder tempo” com atitudes excludentes, porque somos seres constituintes do outro e constituídos pelo outro – somos híbridos.